

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2018/025283
RECORRENTE: MANOEL MESSIAS VIEIRA SANTOS
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA - SIT
AUTO DE INFRAÇÃO: P000661503

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

ACÓRDÃO JARI Nº

EMENTA: Multa por infração ao Art. 250, I, b do CTB. Alegação de ausência de sinalização na via nos termos do artigo 90 do CTB. Pedido de Conversão da penalidade de multa em Advertência por escrito, nos termos do artigo 267 do CTB. Requerimento que não pode ser acolhido, pois inoportuno. Recurso Conhecido e Improvido. Mera arguição de fatos. AIT Subsistente e Regular. Recurso CONHECIDO e IMPROVIDO.

Relatório

Trata-se o presente, de Recurso interposto pelo proprietário do veículo, em oposição ao rigor do Art. 250, I, b do CTB, na data de 15/07/2017, conforme auto de infração lavrado na Rod. BR415, Km 125 V. DA CONQUISTA – B. DO CHOÇA, no Município de Vitória da Conquista/BA.

O Recorrente junta a documentação obrigatória e necessária à análise de suas argumentações, alega em suas razões, a insubsistência do auto, em razão da expedição da notificação de autuação por parte do órgão autuador, fora do prazo legal, requerendo, por fim, a conversão da penalidade de multa em advertência por escrito com base no Art. 267 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, sustentando não ter cometido a mesma infração de trânsito nos últimos 12 (doze) meses. Aduz ainda que a ocorrência da infração de trânsito foi motivada em razão de ausência e/ou sinalização inadequada na via.

É o relatório.

Voto

Superadas as questões de Ordem Processual, no que pertine a tempestividade e a capacidade postulatória. Isto posto, verifico que as razões recursais **NÃO atendem** aos interesses legais do Recorrente quanto a aplicação do artigo 267 do CTB, pois, percebe-se da "Consulta Específica de Processo do AIT", que o Recorrente respondeu à notificação de autuação de trânsito com o requerimento do artigo 267 do CTB, estando preclusa tal possibilidade, em razão de não ter se atentado ao que está previsto na legislação em vigor, senão vejamos:

Resolução 619 de 2016.

"Art. 10. Em se tratando de **infrações de natureza leve ou média**, a autoridade de trânsito, nos termos do art. 267 do CTB, **poderá**, de ofício ou por solicitação do interessado, aplicar a penalidade de advertência por escrito, na qual deverão constar os dados mínimos definidos no art. 280 do CTB e em regulamentação específica.

§ 1º **Até a data do término do prazo para a apresentação da defesa da autuação**, o proprietário do veículo, ou o condutor infrator, poderá requerer à autoridade de trânsito a aplicação da Penalidade de Advertência por escrito de que trata o caput deste artigo." (Grifei)

Desta forma, a pretensão do Recorrente não merece prosperar, primeiro por ser o requerimento de conversão da penalidade de multa em advertência por escrito inoportuno, além do fato que o Recorrente não juntou o prontuário do condutor, o que enseja o improvido do recurso.

Ficam as demais alegações também afastadas seja pela ausência de provas e/ou por faltar previsão legal, visto que o veículo fora devidamente flagrado pelo agente de fiscalização de trânsito / preposto do Estado, conforme dados contidos no AIT.

Nesta senda, com fundamento no artigo 267 do CTB C/C com os artigos 10, § 1º da Resolução 619/2016 do CONTRAN, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, dando-o por **IMPROVIDO**, pelas razões ora expostas, julgando **VÁLIDO** o Registro do Auto de Infração nº **P000661503**, lavrado contra **MANOEL MESSIAS VIEIRA SANTOS**, mantendo-se a sua exigibilidade.

Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, dando-o por **IMPROVIDO**, mantendo-se a exigibilidade do Auto de Infração nº **P000661503** pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 25 de maio de 2021.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente

Fábio Reis Dantas - Membro Suplente em Exercício/ SIT

Alba Valéria Alves Coelho – Membro Titular – DETRAN

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Secretário interino da JARI